



As interfaces da memória e a construção do testemunho

Luane Flores Chuquel¹

Ivo dos Santos Canabarro²

Carolina Martins Etcheverry³

Resumo: O artigo tem como objetivo principal discutir algumas perspectivas e interfaces da memória na construção de testemunhos a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. A perspectiva inicial é estabelecer um constructo sobre a memória no tempo presente, com conceitos que evidenciam como a questão teórica e metodológica pode ser fundamental para a construção do conhecimento. Num segundo momento, como a construção dos testemunhos são importantes para esclarecer a aplicabilidade da memória. As discussões estabelecidas entre as partes são complementares e interligadas, pois entendemos que é fundamental uma perspectiva teórica para posteriormente ser aplicada em estudos de caso. As partes se completam numa tentativa de construção de uma memória social para a efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Memória; Comissão Nacional da Verdade; Testemunho; Direitos humanos.

The memory interfaces and the construction of the testimony

Abstract: The main objective of this article is to discuss some perspectives and interfaces of memory in the construction of testimonies from the Report of the National Commission of Truth. The initial perspective is to establish a construct about memory in the present time, with concepts that demonstrate us how the theoretical and methodological question can be essencial for the construction of knowledge. In a second moment, showing how the constructions of the testimonies are important to clarify the applicability of memory. The discussions established between the parties are complementary and interconnected, since we understand that a theoretical perspective is fundamental and posteriorly applied in case studies. The parties are complemented in an attempt to build a social memory for the realization of human rights.

Keywords: Memory; National Commission of Truth; Testimony; Human rights.

-
- 1 Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, *campus* Santo Ângelo/RS. Mestranda em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Ijuí/RS. Advogada. Bolsista Capes.
 - 2 Pesquisador associado a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO na Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, com Estágio de Doutorado na Université Paris III Sorbonne Nouvelle, Instituto de Cinema Audiovisual com orientação de Philippe Duhois. Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, professor no PPGD (Mestrado em Direitos Humanos) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Ijuí/RS, RS.
 - 3 Possui graduação em História Bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), graduação em História Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004), mestrado em Artes Visuais (História, Teoria e Crítica da Arte) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012). Professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Bolsista PNPd - Capes.

Introdução

A memória constitui-se, no mundo contemporâneo, um elemento fundamental para a construção das identidades. É um desafio constante pensar a memória e seus desdobramentos como uma forma de garantir que cada um de nós consiga situar-se no mundo. A memória nos traz à luz do dia tudo aquilo que as sociedades fazem questão de esquecer, por isso funciona como um mecanismo eficaz de lembranças de experiências individuais e coletivas. A memória guarda experiências e sensações vividas ao longo do tempo; é uma forma de organização dos pensamentos de tudo aquilo que fomos no passado. Mas ela é viva, não é um simples repositório e a qualquer momento, pode ser acessada para nos situar no nosso tempo presente. Por tudo isso, ela é essencialmente dinâmica, uma ligação entre passado e presente nos encaminhando para um futuro, garantindo elementos suficientes para a construção de uma identidade plural. Sendo assim, estamos cada vez mais dependentes da memória, tanto da individual, quanto da coletiva, para nos tornamos sujeitos interativos e identitários de uma sociedade em constante movimento.

Pensar a memória no mundo contemporâneo é uma atividade fundamental e necessária, pois ela faz parte de todo um conjunto de representações da realidade, tanto a passada quanto a presente. O nosso tempo sempre nos desafia a conhecermos toda uma trajetória percorrida até o momento atual, muitas experiências vividas não devem mais ser repetidas no presente. Os casos de Estados totalitários que oprimiram a população e, em certos momentos, as condenaram à morte são experiências que têm uma memória subterrânea, difíceis de serem retomadas. Muitas experiências no totalitarismo continuam como não dito. De tão traumáticas que foram, permanecem no silêncio. A memória tem a função social de nos fazer lembrar do que vivemos, de nossas experiências, sejam elas libertadoras ou traumáticas. Os registros da memória servem como legado para as atuais gerações não repetirem as experiências traumáticas, aquilo que não nos serve mais no presente.

O tempo presente é um constructo de experiências que as sociedades já percorreram até chegar ao momento atual. Somos testemunhas dos nossos acontecimentos, carregamos um olhar que se constrói a partir de nossas experiências, tanto individuais, quanto coletivas. O nosso olhar é uma mediação entre o que já vivemos e tudo o que ainda temos para viver, somos atores sociais num mundo cada vez mais globalizado. Sendo assim, podemos ter uma percepção de experiências de outros povos distantes de nós, e muitas experiências do outro não queremos para nós. Somos atores num palco de acontecimentos, lutamos por aquilo que acreditamos, e a memória deve servir para nossa libertação e não para a nossa escravidão, pois a memória social também pode ser utilizada como elemento de manipulação pelos Estados totalitários como forma de enquadramento numa estrutura opressora. A memória como elemento de libertação é nosso dever no mundo contemporâneo, pois somos conscientes de tudo aquilo que desejamos, e nosso ideal é a liberdade.

O artigo está dividido em duas sessões que são complementares. A primeira discute os desdobramentos da memória no mundo contemporâneo numa perspectiva teórica e metodológica. Discute como os autores entendem a memória nas ciências sociais, partindo de uma perspectiva conceitual para a aplicabilidade na produção do conhecimento. As noções de memória numa perspectiva conceitual são diversas, pois cada teórico trabalha partindo de experiências únicas e, ao mesmo tempo, interligadas com outras perspectivas já elaboradas por outros teóricos. Sendo assim, uma elaboração conceitual é, sobretudo, um trabalho interdisciplinar e interligado, pelos teóricos que, elaboram seus conceitos levando em consideração todo um constructo já adquirido num determinado paradigma.

A segunda sessão é um caso de aplicabilidade das noções de memória em estudos de caso. Vamos nos deter na construção do testemunho a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no qual é possível trabalhar com o que podemos denominar o fio da memória. Neste caso específico, os testemunhos relatam memórias subterrâneas, aquilo que permaneceu por muito tempo como o não-dito, ou seja, os silêncios, as experiências traumáticas que demoraram muito tempo para vir à tona. É sempre uma experiência desafiadora para o pesquisador trabalhar com os testemunhos, pois é por meio deles que se torna possível fazer esse cruzamento entre uma perspectiva teórica com o que aconteceu. Ressaltamos que os testemunhos foram coletados a partir de uma publicação, portanto, um estudo já elaborado, mas vamos fazer o cruzamento desses com uma perspectiva teórica e metodológica, a partir de alguns autores trabalhados no artigo.

A memória em suas nuances e perspectivas atuais

Esquecimento e memória, ao mesmo tempo em que são antagônicos, são complementares. Algumas coisas ficam no esquecimento para tornar nossa vida mais suportável; temos que esquecer-las para darmos continuidade a nossa existência. Essa premissa também vale para a memória coletiva, pois alguns acontecimentos são tão traumáticos que as sociedades fazem questão de esquecer-los, embora sua lembrança, a qualquer momento, possa ser acessada. A memória pode ser tão traumática que é considerada como subterrânea. Segundo Pollak (1989), esse tipo de memória por ser tão difícil de trazer à tona que ela permanece durante muito tempo no esquecimento, mas é preciso recuperá-la para ter uma noção de toda a sua intensidade no passado, também como um fator de libertação dos traumas que permaneceram muito tempo esquecidos. Trazer o que foi silenciado à tona é uma forma de libertação daquilo que permaneceu como trauma; pode ser uma tentativa de reconciliação com o passado. Nos casos da memória coletiva, é uma forma de conhecimento daquilo que permaneceu oculto aos olhos da história.

Le Goff afirma enfaticamente que a memória deve servir para a “libertação e não para a servidão do homem” (1996, p. 477). O autor nos mostra essa possibilidade da memória como elemento que pode conduzir à libertação da sociedade de tudo aquilo que a aprisiona, um mecanismo que proporciona a construção de uma identidade para si e para o outro, ou seja, individual e coletiva. Os mecanismos da memória são fatores que marcam a trajetória dos indivíduos e dos grupos; são testemunhas daquilo que aconteceu. Sendo assim, eles nos marcam de uma forma tão intensa que nos acompanham a vida toda. Tanto as experiências boas quanto as ruins, constituem a memórias de toda a nossa vida, seja a vida privada ou a pública. A nossa memória individual está diretamente relacionada com a memória coletiva, pois as nossas experiências são vividas também por grupos, por isso muito do que vivemos aconteceu nos grupos aos quais pertencemos. Aquilo que eu posso esquecer pode ficar marcado na memória do grupo, ou seja, da coletiva.

Os desdobramentos da memória individual e da coletiva encontram respaldo em seus suportes, não somente como uma função psíquica individual, mas, sobretudo, nos suportes que acondicionam os vestígios da memória. Existe um limite muito tênue entre a memória individual e a coletiva, mas é na coletiva que os suportes físicos são fundamentais para a sua preservação. Mesmo a memória individual, para além de um armazenamento psíquico, tem suportes, por exemplo, fotografias, diários, cartas, documentos, e outros que são guardados ao longo da vida das pessoas. Mas, como observa Candau (2012), a memória humana

funciona apoiando-se na imaginação; é tudo aquilo que vivemos e mais o que imaginamos. Existe todo um imaginário individual que construímos a partir das experiências que passamos na nossa vida. Esse imaginário é composto de múltiplas representações daquilo que vivemos e também o que imaginamos viver.

Quando falamos das nossas memórias individuais, é quase sempre uma mistura entre o vivido e o imaginado. Não estamos nos referindo à pura imaginação, uma perspectiva da pura imaginação, mas essa capacidade humana de experimentar e, ao mesmo tempo, recriar com a imaginação. Muitas vezes recriamos uma memória passada como nós gostaríamos que o passado tivesse acontecido, mas, que na verdade, não aconteceu daquela forma como foi narrada. O tempo presente cria uma narrativa com uma vivência no presente e com o olhar voltado para o passado, é acima de tudo um jogo de linguagem que a narrativa nos permite.

Todo processo de construção de memórias nos traz como referência um determinado real, um tempo passado, vivido e imaginado. Nas considerações de Candau (2012), existe sempre a possibilidade de compor relatos quase autobiográficos nos quais as pessoas narram suas experiências passadas. Segundo o mesmo autor, os relatos são permeados por diversos fenômenos, como as tramas discursivas, alguns arranjos que são quase que mitológicos, como também a ocultação daquilo que não se poderia dizer, ou seja, trazer à tona no tempo presente. Assim, muita coisa no relato pode permanecer como o não dito, aquilo que permanecerá oculto até surgir um momento certo para ser desvendado. Como os relatos são carregados de emoções, algumas coisas muito traumatizantes podem ser difíceis de relatar, pois mudariam alguma coisa na vida das pessoas, como um segredo guardado há muito tempo. Sendo assim, a memória pode ser considerada com uma arte da narração, que envolve diretamente o sujeito que se dispõe a falar sobre uma vivência, tanto vivida individualmente quanto em grupo. A narrativa constrói o relato; é uma forma de mesclar questões vividas no privado e no público, sempre estabelecendo uma relação direta do narrador com o mundo onde ele vive suas experiências.

Nas estreitas relações entre memória individual e memória coletiva é que encontramos os significados para as nossas representações. A forma de imaginar e mesmo de narrar é um processo que exige sempre a contextualização do sujeito com as referências do mundo. Por mais individual que possa se constituir a narrativa, ela sempre tem um laço com o mundo social e é isso que determina a sua construção de significados. O sujeito pode até recriar uma narrativa do que não viveu, mas existem referências para tudo o que foi narrado. Os relatos de muitas experiências não vividas por aqueles sujeitos foram construídos a partir do que os outros viveram, é isso que podemos chamar aqui de referência do mundo social. A memória individual apoiada em um suporte psíquico nos abre inúmeras possibilidades. É quase um mundo com infinitas referências, pode ir do mais verdadeiro relato de experiência ao mais imaginado e recriado como possibilidade de ter vivido em outros tempos. Essa separação e distanciamento entre um tempo vivido e um narrado é que permite recriar todo um processo imaginativo.

O relato é sempre uma construção, não é um retrato fiel da realidade. É sempre uma interpretação de algo que aconteceu, e por ser interpretação está sempre permeado de imaginação, de ocultamentos, do não dito, daquilo que deve permanecer oculto aos olhos do presente. É preciso fazer um exercício interpretativo para poder separar o que realmente aconteceu daquilo que foi simplesmente imaginado. Dada a estreita relação da memória individual com a memória coletiva, existe essa possibilidade de comparação e mesmo complementação com o que foi vivido pelo grupo. Nas observações de Halbwachs (2004), sempre é possível aproximar o individual com o coletivo. O individual é quase sempre uma testemunha ocular daquilo que foi vivido, mas, segundo o mesmo

autor, as nossas lembranças permanecem coletivas, pois elas são lembranças dos outros. Sendo assim, é possível perceber que, por mais individual que possa ser o relato, este está automaticamente ligado ao mundo social, ao grupo, ou seja, ao coletivo. As testemunhas são formas de composição de um verdadeiro mosaico constituído por fragmentos da memória. Elas estão dentro de cada um de nós, mas estão também presentes nas lembranças dos grupos embora exista certo limite, pois a memória coletiva não é capaz de explicar todas as lembranças. Algumas se limitam ao mais íntimo do ser humano.

Ainda, seguindo as explicações de Halbwachs (2004), a memória coletiva, que o autor definiu como sendo a dos grupos, é espaço de pertencimento em que ela pode ser elaborada para dar uma visão mais global dos acontecimentos, pois reúne as vivências dos grupos que compõem o mundo social. Essas vivências são importantes na perspectiva de uma identidade coletiva, que permite o conhecimento das relações sociais construídas em diferentes períodos históricos. A memória coletiva é viva, faz parte da sociedade e está em constante processo de construção dando novos significados aos acontecimentos vividos ao longo dos tempos. Ela possui certa historicidade, pois pertence a temporalidades e espaços, e constitui verdadeiros quadros de memórias nos espaços de pertencimento. As sociedades se transformam, mas certos espaços são constituídos como verdadeiros espaços de memórias pela sua função social e histórica de acontecimentos que marcaram, de certa forma, uma experiência social significativa para permanecer como lembrança do que aconteceu. Podemos chamar isso de quadros da memória, quase semelhante a um quadro de um artista plástico, onde ele compõe de um recorte num espaço pictórico com personagens, objetos, cenas, tudo formando uma imagem composta de memórias. É assim que se constituem os quadros de memórias, com lugares, personagens e cenas.

Sendo assim, a memória coletiva se desenvolve em quadros espaciais. Esses quadros são mutáveis, se alteram constantemente, adquirem novos significados com o passar do tempo. Mas existe sempre a relação de pertencimento, pois a qualquer momento podemos reconstruí-los mentalmente, é uma forma de acessar a um espaço mesmo que ele já tenha se alterado. Continuando essa mesma linha de raciocínio, vamos deparar com as reflexões de Nora (1993), que explica a problemática dos lugares: é uma memória esfacelada, um pouco em cada lugar, cristalizada nas representações espaciais, pois é neles que a memória se concretiza. O mesmo autor afirma, ainda, que a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Esses são todos suportes em que podemos encontrar os seus significados mais latentes, que podem permanecer por muito tempo ocultos, mas que a qualquer momento podem ressurgir e nos dar outra noção das experiências vividas e imaginadas. Isso tudo nos mostra que a problemática dos lugares é fundamental para os desdobramentos da memória individual e coletiva, pois eles dão um valor essencial a toda a forma de representação. Assim, memória e espaço mantêm uma relação de continuidade e pertencimento.

Existem conjuntos completos de suportes da memória, são eles os arquivísticos, formas de organização mais formais, suportes que guardam os vestígios e indícios de uma maneira plena e classificatória de tudo aquilo que pode representar os fragmentos da memória. Mas, como já discutimos anteriormente, os espaços são lugares consagrados da memória. Segundo Nora (1993), a memória apoia-se no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. As imagens são suportes fundamentais para a memória. Desde a Antiguidade, antes mesmo da escrita, as imagens guardavam a memória das civilizações juntamente com a oralidade, a memória se perpetuava e circulava nos mais diversos meios, tanto através dos grupos como também com os indivíduos. As imagens representam formas de suporte e circulação, pois

podem ser decifradas em diferentes contextos históricos. Mesmo uma imagem produzida na Antiguidade pode ser fonte e referência de uma memória de civilizações passadas. É possível, então, perceber nesse verdadeiro mosaico de imagens no mundo contemporâneo que a memória circula de uma forma muito rápida e eficiente. As imagens nos trazem informações de diferentes lugares do planeta, muitas vezes bem mais eficientes do que a linguagem escrita.

Dentre todas as imagens que servem como suporte e circulação da memória, a fotografia, já no século XIX, representou um avanço importante nessa direção. Nas referências de Le Goff (1996), a fotografia revolucionou a memória, multiplicando-a e democratizando-a, dando uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida. Ainda, segundo o mesmo autor, a fotografia permitiu guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. Essa constatação do autor pode ser aplicada tanto à memória individual quanto à coletiva, pois os álbuns de família são suportes privilegiados de uma memória familiar, é quase uma pequena história privada da família. No que se refere à memória coletiva, as fotografias públicas marcaram de forma decisiva os acontecimentos e personagens de uma história pública, dando precisão e, ao mesmo tempo, testemunhos do que aconteceu na esfera pública de diferentes sociedades no mundo contemporâneo. As fotografias, desde o século XIX, nos dão precisão dos acontecimentos, permitindo o conhecimento dos cenários, das cenas e das personagens. Elas guardam uma memória recortada de um *continuum*. As sociedades se transformaram, mas permaneceram para sempre registradas nos suportes físicos da fotografia. Mesmo com os grandes avanços técnicos da indústria fotográfica, ela ainda permanece presente registrando tanto cenas privadas quanto cenas públicas, circulando de maneira muito rápida pelos diferentes meios de comunicação.

Ainda nesse mesmo direcionamento dos suportes da memória, os modernos meios digitais facilitaram muito a guarda dos vestígios e indícios da memória. Eles nos permitem acesso muito mais rápido e eficiente aos bancos de dados dos diferentes arquivos. Os bancos de dados são eficientes como suportes, pois permitem acesso ao vestígio em diferentes locais. Não é mais preciso comparecer ao arquivo para ter acesso aos documentos. Esse acesso pode ser feito online aos diferentes dados armazenados e catalogados por instituições de guarda da memória. Com o processo de digitalização de documentos, jornais, manuscritos, fotografias e demais dados, foi possível uma guarda e classificação mais adequada para o acesso à documentação. A toda memória guardada pelos arquivos, museus e centros de documentação, pode-se ter acesso de uma forma mais padronizada, garantindo que os documentos originais sejam preservados, pois não precisam ser manuseados constantemente. Esse manuseio, com o passar do tempo, pode danificar o documento original. O acesso aos bancos digitalizados facilitou o trabalho de pesquisa e democratizou a memória, com expansão e publicização do valor histórico de uma memória que muitas vezes permanecia guardada sem o acesso do público.

A memória, a partir de todos os seus suportes, funciona como uma possibilidade de representação dos indivíduos e dos grupos. Sendo assim, é a memória coletiva que aparece como uma das grandes questões das sociedades atuais, tanto as desenvolvidas quanto as em desenvolvimento. Todas as classes sociais procuram âncora na memória para a construção de suas identidades. Segundo Hall (2001), as identidades na pós-modernidade são múltiplas e contraditórias, mas sempre funcionam como uma forma de representação. As representações emitidas pelas identidades são de caráter individual e coletivo, marcadas pelas lutas de poder dentro da própria sociedade. Quanto mais poder tem o grupo mais força tem para impor sua identidade, é um verdadeiro jogo de poder. Le Goff (1995) refere que tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas se utilizam da memória coletiva para lutar pelo poder, ou até pela própria vida, pela sobrevivência. e mesmo

por mecanismos de promoção no mundo social. O mesmo autor ainda descreve que a memória coletiva não é somente uma conquista; é também um instrumento e objeto de poder. Nesse sentido, é importante salientar os jogos de poder, dos micropoderes aos poderes dos grupos e mesmo das instituições dos estados.

Convém salientar que há jogos de poder em todas as sociedades, tanto nas desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento. Esses jogos criam mecanismos de controle da memória, e os arquivos sofrem com essa verdadeira censura implantada pelos mecanismos do estado. Decorrente disso, nem tudo podem ser mostrado, apenas o que a vigilância permite publicizar. É uma verdadeira vigilância dos mecanismos de proteção e guarda da memória. Os interesses do Estado e dos governos são os que determinam o que se pode mostrar. O que se torna de acesso ao grande público é que poderá ser utilizável pelos pesquisadores que trabalham com a memória, tendo esta como objeto de seus estudos. Muitas coisas são censuradas pelo Estado, tornando-se uma memória não dita, que pode comprometer algum grupo social, ou mesmo o próprio Estado, por isso nem tudo pode ser lucidado. Há sempre um recorte do que é possível mostrar, e uma parte como memória não dita, ou censurada, mas que num outro tempo, quando a censura permitir, poderá vir à tona para a sociedade. São casos de questões ligadas a uma memória que compromete o status dos grupos sociais que estão no poder, ou que prejudicariam a sua legitimidade. Decorrente disso, o não dito é uma forma de proteção de que os grupos se utilizam para sua preservação, ou mesmo para garantir a sua identidade como segmento que detém os mecanismos de poder em determinados governos.

Muitas questões e práticas autoritárias foram produzidas por mecanismos do Estado, portanto censurados. Como exemplo, nas ditaduras militares, a prática da tortura e as mortes com a tutela do Estado. Isso tudo permaneceu durante muito tempo censurado, pois o Estado não queria assumir a sua culpa pelos períodos autoritários. Foi preciso, em muitos países, a criação das Comissões da Verdade para a verdade vir à tona, pois o que fora cometido tinha o aval do Estado. Os torturadores eram pessoas que serviam às próprias instituições estatais. Os estados deviam explicações para a sociedade, por isso foi preciso construir uma nova memória sobre os períodos das ditaduras. Essas comissões produziram importantes relatórios que explicitam tudo o que aconteceu nesses períodos. São verdadeiras fontes de uma memória subterrânea, aquela que permaneceu durante muito tempo ocultada. Os relatórios servem para dar outra noção sobre as práticas autoritárias ocorridas, no caso da América Latina, nas ditaduras militares. No caso do Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada há pouco tempo, decorrente disso o relatório ainda precisa ser estudado para a compreensão do que ocorreu num passado pouco distante, e que permaneceu muito restrito nos mecanismos de divulgação da memória.

Para uma explicitação sobre a memória subterrânea é preciso recorrer a Pollak (1989). Em um de seus textos exemplares sobre o tema, o autor faz uma breve consideração sobre esse conceito-chave nos estudos sobre a memória. O autor observa que essa memória subterrânea é aplicada à memória coletiva, aplicada aos atores que participam ativamente dos trabalhos de constituição e formalização das memórias. Por um lado, ele observa que, para esse conceito se efetivar, é necessária uma análise dos atores considerados marginalizados, ou mesmo as minorias sociais. Por outro lado, sua análise enfatiza que a história oral ressalta a importância das memórias subterrâneas, uma parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, as quais se opõem diretamente a uma memória oficial. A partir das observações e definições fica claro que a memória subterrânea é uma faceta da memória coletiva que agrupa questões, experiências e atores que pertencem às minorias. É, portanto, um ramo da memória que não interessa explicitar em uma memória oficial. A memória subterrânea

comporta lembranças traumatizantes que permaneceram por muito tempo ocultas, sendo reveladas num momento propício para vir à tona no tempo presente. São memórias de períodos autoritários, de ditaduras, de opressão que viveram esses sujeitos considerados minorias, mesmo que numericamente bem expressivos.

As memórias subterrâneas permaneceram por muito tempo ocultas ou não ditas por um certo receio das pessoas que sobreviveram aos períodos autoritários e tinham medo de expor suas experiências. Um temor e medo tão grande que tinham de ser mal-entendidas sobre uma questão tão grave, por isso preferiam silenciar a falar. Segundo ainda o que expõe Pollak (1989), o silêncio tinha razões bem complexas. Essas pessoas, para relatarem seus sofrimentos, precisariam encontrar uma escuta, alguém que as compreendesse e respeitasse todo o tempo que permaneceram com essas memórias ocultas. As razões desse ocultamento são as mais variadas. Podem ir de uma questão mais política e pública ao medo dessas pessoas exporem o que sofreram, pois poderiam ser recriminadas socialmente. Outras razões bem pessoais, exemplo familiar de poupar as pessoas conhecidas e os filhos de crescerem ouvindo constantemente as lembranças dos sofrimentos passados pelos pais, uma verdadeira ferida aberta que em determinado momento precisa se curar, para dar continuidade à vida normal das pessoas. Essas razões pessoais são bem subjetivas, pois se referem a um conjunto de sentimento de culpa. Muitos carregaram durante uma vida inteira um sofrimento, difícil de ser exposto e trabalhado psicologicamente, mas sua explicitação ajudou muitas pessoas a não mais carregarem o sentimento de culpa. O sofrimento foi coletivo, apesar de essas pessoas serem consideradas minorias, foi vivido por grupos e não apenas individualmente.

Uma das questões mais problemáticas da memória subterrânea é a questão do não dito, aquilo que permanece como oculto. O ocultamento é causado por uma série de complicações e limites que os testemunhos impõem sobre suas memórias. Vai de um limite bem pessoal até uma fronteira pública. Os limites pessoais são subjetivos, pois dependem do tipo de censura que cada indivíduo ou grupo impõe a si mesmo, limitando aquilo que pode ser exteriorizado. Neste caso, sempre é importante ter alguma escuta que possa respaldar a experiência traumática vivida, ou seja, aquela memória subterrânea. A fronteira pública já é mais complicada, pois decorre de mecanismos muitas vezes estatais que delimitam o que pode ser explicitado e que não vai ferir uma memória oficial. Nesse sentido, retomando o que Pollak (1989) expõe, fica clara a evidência de que sempre permanece uma interação entre o vivido e o aprendido e o vivido e o transmitido. Pode-se perceber que o que é capaz de ser transmitido para uma escuta, ou seja, no momento em que o indivíduo ou o grupo se propõe a ser testemunha constitui-se um momento crucial para a construção de uma nova versão da memória. Esse é um momento de construção de uma versão que permaneceu durante muito tempo oculta, por diversos mecanismos de censura.

O processo de exteriorização da memória é uma forma eficaz para a produção de uma visão ampla e complexa das experiências vividas, tanto individuais quanto coletivas. A exteriorização individual decorre segundo Pollak (1992) de um processo que permite perceber-se que a memória individual decorre de experiências que foram gravadas, recalçadas, que excluem e também relembram, existindo sempre um trabalho de organização. Sendo assim, é possível perceber a coerência de tudo o que permaneceu gravado e o que foi excluído. É uma premissa que responde a uma tentativa de esquecer algumas coisas para dar continuidade à vida das pessoas, uma vida sem os traumas do passado. Algumas memórias individuais são tão traumáticas que as pessoas fazem questão de excluí-las para não ficar a todo o momento relembrando seus traumas. Muitas memórias que foram excluídas há tempo podem voltar na forma de lembrança, talvez num

momento adequado para as pessoas retomarem esses sentimentos e exteriorizá-los numa tentativa de resolver um problema com o passado, pois muitas memórias que estavam ocultas permaneceram como não ditas para que a pessoa se protegesse de uma situação que lhe causou muita dor e sofrimento.

Ainda nas observações de Pollak (1992), as memórias coletivas, quando apropriadas pelos estados, consideradas como memória nacional, sempre constituem um objeto de disputa importante. Decorrentes disso são comuns os conflitos para determinar as datas e acontecimentos que vão ser gravados na memória de um povo. É todo um processo de escolha daquilo que vai permanecer como oficial pelos estados para serem comemorados/rememorados, construindo uma memória para dar coerência aos grupos que detêm o poder de decisão. Assim, a memória nacional é sempre uma construção social que atende aos interesses do Estado e permite a construção de uma identidade nacional, dando coerência e legitimidade às formas de poder em cada sociedade. Podemos, então, reforçar o argumento já discutido por vários autores que a memória é um forte elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva. Constitui-se um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência das pessoas e dos grupos que compõem as sociedades em todo o mundo. Ainda segundo Pollak, é possível perceber que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais em situações de conflito que opõem os grupos políticos diversos.

É possível perceber que existem muitas memórias em disputa no mundo social, sempre na tentativa de impor aquilo que deve permanecer com uma lembrança que mostre a coerência da sociedade e dos grupos. As memórias unem e identificam os grupos, construindo um sentimento de pertencimento no qual as pessoas sentem-se acolhidas por terem vivido experiências em comum. Isso funciona nas duas dimensões; na memória individual e na coletiva. Essa busca por fazer parte de um grupo ou de uma comunidade de pertencimento é um fator que une as pessoas por uma identidade comum, mas que é cambiante, mudando com o passar do tempo. Essa mudança é fundamental para manter o indivíduo ligado ao pertencimento num mundo já pós-moderno. Na concepção de Hall (2001), existe sempre um processo contínuo e coerente de busca de novas identidades que vão dando sentido às novas formas de organização social. Ter várias identidades implica recorrer a uma memória que vai garantir elementos que embasam as formas de escolhas de elementos bem significativos para garantir a sua coerência. São memórias que vão desde as mais pessoais às mais coletivas, ou mesmo a uma memória oficial, em que são captados elementos que configuram uma noção mais exata e precisa para a construção dessas identidades.

Para além das memórias em disputa, existe um processo de enquadramento delas, tanto as coletivas quanto as oficiais. Os grupos selecionam alguns fragmentos que consideram significativos para serem lembrados, isso quer dizer que no processo de enquadramento muita coisa vai permanecer fora desse processo de seleção. A memória oficial é sempre enquadrada, perpassando um processo de escolha de alguns elementos que precisam ser lembrados, construindo uma visão para o outro de sua coerência e legitimidade. Nas observações de Pollak (1989), a memória coletiva perpassa esse enquadramento mantendo sua coerência. O autor destaca que todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente, portanto, esse trabalho deve satisfazer certas exigências de justificação. Sendo assim, conforme o que o autor destaca, é importante perceber que nem tudo pode ser enquadrado, tem que ser aquilo que melhor representa o grupo, garantindo uma identidade forte e coerente. O que se torna público nesses casos é que conhecemos uma visão específica sobre as memórias, aquilo que pode ser publicizado. Em decorrência disso, muitas memórias permanecem ocultas e não ditas, pois

podem comprometer a legitimidade dos grupos e do Estado.

PollaK (1992) faz ainda uma ressalva muito importante no processo de enquadramento. Ele destaca que, além do enquadramento, há também o trabalho da própria memória em si. Isso quer dizer que, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela poderá efetuar um trabalho de manutenção e coerência, de unidade, de continuação e de organização. Portanto, existem vários mecanismos internos que podem determinar uma dada visão de uma memória que deve permanecer como a que representa o grupo ou o Estado. O mesmo autor ainda pontua que existe um enquadramento da memória que é parcialmente realizado pelos historiadores. Vou acrescentar aqui ainda cientistas sociais que trabalham com a memória. Todos eles escolhem alguns elementos e dimensões da memória para constituir seus objetos de pesquisas. Sendo assim, pode-se perceber que existem vários enquadramentos, uns com uma forma bem objetiva e outros de uma forma mais subjetiva, é quase que um filtro passado pela memória mais bruta, ou mais complexa e que é transformada numa visão plausível para ser mostrada para o grande público. Decorrente de tudo isso, pode-se afirmar que a memória que vai tornar-se pública é aquela que já passou por um crivo, constituindo-se a partir de um sentimento de unidade, de continuidade e coerência.

A partir do processo de enquadramento, segundo Silva (2002), vai haver um trabalho de uma memória em disputa reproduzida em inúmeras rememorações/comemorações que vão dar significado aos grupos em sua memória coletiva e ao Estado em sua memória oficial. Segundo a mesma autora a memória vai servir como uma matriz para guardar e divulgar o que efetivamente ocorreu no tempo, efetivando-se o que pode ser determinado como uma justa memória, o que vale a pena ser mostrado/divulgado e aceito com uma representação do que ocorreu nas sociedades. Mas, ao mesmo tempo em que se rememora/comemora, existe um processo de manipulação, tanto da memória individual quanto da coletiva. A manipulação é uma forma de controle do que pode ser mostrado e, portanto, aceito como legítimo da representação do grupo ou do Estado. Sendo assim, a memória visaria à transmissão de um passado construído e perpassado por imagens e representações de um mundo que se apresenta como coerente e legítimo de ser mostrado e comemorado em diferentes momentos da história.

É na memória que se busca contextualizar diferentes posicionamentos no mundo social, por exemplo, a questão dos direitos humanos. Nunca se discutiram tanto os direitos humanos no mundo inteiro como no início deste novo século. Talvez os grandes movimentos internacionais que desrespeitam os direitos deram origem às grandes discussões. É possível perceber que os grandes pilares que estabelecem as diretrizes dos direitos humanos já são um tanto quanto antigos. A memória é importante para reportar a isso, mas é com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que se estabeleceram seus parâmetros mais edificadores. Recorrendo a uma memória mais recente, é possível perceber que entre o que a declaração estabelece e o que acontece na prática, ainda existe um grande distanciamento. Os períodos autoritários por que passaram muitos países, os fundamentalismos religiosos, os conflitos terroristas e em lugares ainda marcados pela extrema pobreza são situações e locais propensos à desconsideração dos direitos humanos. Existe uma declaração internacional, mas também há muitas situações em que ela não é levada em consideração, tornando as pessoas vulneráveis à garantia de seus direitos fundamentais.

No Brasil, têm surgindo ultimamente muitas coletâneas que discutem a problemática dos direitos humanos, sob diferentes olhares e perspectivas, contribuindo para a construção de uma memória social do tempo presente. Podemos citar a organizada por Gonçalves (2012), na qual é possível perceber uma

abordagem que contempla as questões bem contemporâneas dos direitos humanos e da memória. Nesta perspectiva, a questão dos direitos humanos no Brasil e no mundo merece sempre uma discussão plural que possa contemplar todas as dimensões de vivência dos atores sociais. É uma discussão interdisciplinar que vai do direito à sociologia, da história à literatura, das artes aos distintos meios de circulação da cultura. Somente uma discussão teórica e metodológica não daria conta da multiplicidade dos direitos humanos. As teorizações são importantes sim, mas é preciso um trabalho de divulgação em escolas, ONGs, meios de comunicação e demais instituições, sejam estatais ou não estatais. Os direitos humanos têm que ser respeitados, divulgados, compreendidos e, acima de tudo, garantidos para toda a população. No Brasil ainda temos alguns estigmas sobre isso, muitas pessoas ainda pensam que direitos humanos é coisa para presidiários e que somente quando as pessoas se encontram nessa situação é que têm o direito de garanti-los. Essa posição é de pessoas muito conservadoras. Infelizmente muitos entendem que é um direito restrito a determinadas pessoas em algumas situações de vulnerabilidade.

A obra organizada por Gonçalves (2012) com o sugestivo título de Direitos Humanos: direitos de quem? já nos indica esse entendimento restrito dos direitos humanos que se tem no Brasil. É preciso ainda um trabalho de divulgação dos direitos humanos para que se tornem efetivos para toda a população. No que se refere à produção do conhecimento, de uma memória social dos direitos humanos, ainda é necessário percorrer um longo caminho de toda a especificidade de que a questão merece. Precisamos aproximar as duas dimensões: uma abordagem acadêmica do assunto e uma prática efetiva. Essas são dimensões complementares que precisam se aproximar para dar amplitude ao tema direitos humanos no Brasil. Existe uma perspectiva jurídica de garantia de direitos, uma forma de cobrar das instituições estatais uma ação efetiva de garantir os direitos fundamentais e humanos. Decorrente disso, cobram-se políticas públicas do Estado para garantir à população em geral condições favoráveis de convivência nos seus distintos meios sociais, sobretudo a possibilidade de pleno acesso a uma vida digna e com liberdade de expressão. Não é uma tarefa fácil nos países em desenvolvimento onde existem muitas desigualdades sociais, e onde faltam políticas dos governos para a erradicação da pobreza e acesso aos bens comuns que deveriam ser garantidos pelo Estado.

A construção do testemunho: uma trajetória marcada por desafios e dificuldades nas Ciências Sociais

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, constitui-se de três volumes, com os resultados das investigações realizadas durante dois anos e meio pela comissão no Brasil. O Relatório é um estudo fundamental para toda uma revisão historiográfica do tempo presente, com dados e estudos que desmistificam a ditadura civil militar no Brasil. No sentido de recuperação da memória social, apresentamos três relatos sobre pessoas que foram mortas pela ditadura. São relatos que mostram essa face obscura das torturas e mortes no Brasil de 1964 a 1985, bem como a manipulação da verdade histórica. Uma das grandes contribuições do Relatório é proporcionar aos pesquisadores o contato com as práticas de torturas e mortes ocorridas dentro do próprio Estado. Os casos relatados a seguir nos remetem para uma memória subterrânea.

VÍTIMA: Antônio Bem Cardoso – Nascido em 21/09/1938 em Pernambuco, Antônio era agricultor e fazia parte da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Foi membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e militou no Ceará a partir de 1963. Após o golpe de 1964, Antô-

nio passou a militar na ALN, onde participou de treinamentos e reconhecimentos de regiões como Serra do Araripe, Serra Grande e Serra de Tauá (CE).

Em 2005 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Antônio. Seu nome consta no Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

Antônio morreu em 01/06/1970 executado por agentes da PF na sua casa. Conforme relato da esposa, Iulene, na madrugada de 01/06/70 Antônio foi surpreendido pela PF com um tiro no peito. Mesmo após ser baleado pela polícia continuou atirando sobre a casa com a esposa e filhas de Antônio dentro. Iulene e suas filhas tiveram que sair de sua casa sob ameaça de morte. Quando a PF adentrou a residência tiraram Antônio ensanguentado e agonizando dos braços de sua esposa.

Na versão da polícia foi dito que Antônio era procurado por estelionato, os policiais questionavam a esposa sobre onde ele guardava o dinheiro, este dinheiro foi retirado do cofre de Ademar de Barros na ação realizada pela Vanguarda para arrecadar fundos para lutar contra a ditadura, Antônio recebeu uma parte que foi destinada ao Ceará.

Segundo uma de suas filhas, no dia seguinte ao enterro, os policiais exumaram o corpo e quebraram os dedos de Antônio para retirar suas impressões digitais.

VÍTIMA: Marilena Villas Boas Pinto – Nascida em 08/07/1948 no Rio de Janeiro, Marilena estudou psicologia na Universidade Santa Úrsula. Passou a viver clandestinamente por causa de sua participação no movimento estudantil e teve que abandonar os estudos no segundo ano, em 1969.

Começou sua militância política na ALN e depois ingressou em outra organização política, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Morreu aos 22 anos. Em 1997, a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Marilena, seu nome consta no Dossiê: mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

Marilena morreu em 03/04/1971 em circunstâncias ainda não esclarecidas. Ela teria sido ferida em um tiroteio no bairro de Campo Grande, na rua Niquelândia, quando se dirigia a um “aparelho” da organização, junto a Mário de Souza Prata. Marilena e Mário eram esperados por agentes da Brigada Aero terrestre quando o tiroteio de iniciou. Ela teria sido levada ao Hospital Central do Exército (HCE), mas não resistiu, tendo morrido algumas horas após. A notícia de sua morte foi divulgada apenas dois meses depois do fato, nos jornais O Globo, O Dia e Jornal do Brasil, com manchetes com títulos como: “Casal terrorista morto ao resistir à ordem de prisão”.

O corpo de Marilena só foi liberado cinco dias após sua morte, em um caixão lacrado, entregue aos familiares que, durante o enterro foram intimidados por militares à paisana.

Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, permitiu esclarecer algumas circunstâncias da morte de Marilena. Inês declarou em testemunho ratificado para a CEMDP que estava internada quando ouviu de um médico que Marilena já estava morta quando chegou ao hospital. Mais tarde, o carcereiro da Casa da Morte, “doutor Pepe”, disse a Inês que Marilena “havia morrido na mesma cama de campanha que Inês ocupava”.

O jornalista, Elio Gaspari, narrou em seu livro A Ditadura escancarada um trecho de um documento inédito, no qual dizia: “Marilena Villas Boas Pinto, a Índia de MR-8, foi entregue ao DOI, e é possível que a tenham levado para Petrópolis. Mataram-na com um tiro no pulmão”.

VÍTIMA: Ary Abreu Lima da Rosa – Nascido em 28/05/1949 em Porto Alegre (RS), estudou engenharia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde foi eleito secretário do Centro Acadêmico de Estudantes de Engenharia. Foi preso em 1969 por distribuir panfletos para os vestibulandos da universidade. Morreu aos 21 anos no Hospital da Aeronáutica de Canoas (RS), em decorrência de ação perpetrada pelo Estado.

Em 1997 a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Ary. Seu nome consta no Dossiê: mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Ary foi preso em 1969, com seu companheiro Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC), por distribuírem panfletos aos vestibulandos da UFRGS.

O relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), aponta que os estudantes tinham em mãos muitos panfletos que foram apreendidos, que criticam o Governo Federal incitando os estudantes a lutar contra “o inimigo comum”. Neste material os estudantes defendiam o Movimento pela Universidade Crítica (MUC), denunciando a falta de vagas, criticando o ensino universitário, o regime ditatorial-militar, defendendo a legalização da União Nacio-

nal dos Estudantes (UNE) e convocando os estudantes para participar das eleições para o Diretório Central (DCE). Por esses motivos Ary e Paulo foram presos, sendo soltos alguns meses depois, mas com o processo em andamento. Mudaram-se para São Paulo e passaram à clandestinidade, mas Ary não se adaptou e voltou a Porto Alegre. Em 1969 Ary e Paulo foram condenados a seis meses de prisão por “crime contra a segurança nacional”. O pai de Ary era político influente do Aliança Renovadora Nacional (Arena), e era contrário à participação do filho no movimento estudantil, vindo a internar Ary em uma clínica psiquiátrica. Permaneceu alguns meses no sanatório sob terapia medicamentosa e psicoterapia.

O diagnóstico assinado pelo médico dizia “reação esquizofreniforme, com ideias de conteúdo paranoide”. Em 02/09/69, foi transferido para o Hospital Base Aérea de Canoas (RS), no qual faleceu dois meses depois. Ary foi encontrado morto dentro de um banheiro do hospital, os exames apontaram edema cerebral, congestão no rim e edema pulmonar, em virtude de suicídio. O documento afirma que Ary teria cortado as próprias veias. A causa da morte é contraditória, pois no diagnóstico do médico, ele expõe motivações políticas, associando sua opção política de esquerda a um adoecimento mental.

Raul Ront, colega de Ary, em depoimento à CEMDP afirma que Ary não pode ser considerado como doente mental, mas sim militante do movimento estudantil gaúcho. O relatório da Anistia Internacional de 1974, localizado e analisado pela CNV, no acervo do SNI do Arquivo Nacional (RJ) consta o nome de Ary como membro da listagem de torturados e assassinados por perseguição política. O caso foi comunicado ao governo pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 1973.

Os casos apresentados são extremamente emblemáticos e nos mostram como as pessoas que representavam alguma ameaça ao sistema eram tratados pela ditadura. Os testemunhos demonstram como memórias ficaram subterrâneas no Brasil praticamente até a implantação da Comissão Nacional da Verdade em 2011. A partir desse momento as pessoas encontraram uma escuta qualificada para o seus testemunhos. Ainda é complexo para o cientista social tomar o depoimento, trazer à tona a testemunha, pois as pessoas que mais sofreram foram mortas pela repressão, restando a “testemunha da testemunha”. Nesse sentido, são narrativas construídas por aproximação dos acontecimentos, trazendo uma memória individual que se mescla com a coletiva para dar significado aos seus depoimentos. Por outro lado, sempre está presente o contraponto da memória que é o esquecimento. Talvez alguns setores da sociedade brasileira prefiram o esquecimento a uma memória subterrânea que pode comprometer suas ideologias.

Conclusão

As discussões sobre a memória nas ciências sociais perpassam por um crivo de percepção e nos indicam a constante necessidade de repensarmos os conceitos e categorias. Portanto, o trabalho de conceituação é necessário para darmos conta de uma diversidade muito grande das percepções da memória social no mundo contemporâneo. A memória apresenta-se como fonte e, ao mesmo tempo, objeto de estudos em diferentes paradigmas. Toda a historicidade conceitual foi fundamental para chegarmos aos trabalhos de aplicabilidade nos estudos de casos. Cada estudo de caso apresentado nas ciências sociais acrescenta novas dimensões e possibilidades de entendimento, pois os desdobramentos apresentados fazem uma conjugação de uma perspectiva teórica e metodológica associadas aos novos acréscimos adquiridos com as experiências do mundo social.

A memória social constrói-se cotidianamente; é um exercício constante de transformações de que as gerações ao longo dos tempos se apropriam. A memória não está condenada ao passado ela é um elemento

vivo e constante que se transforma com a historicidade do tempo presente. Não podemos relegar a memória somente ao que já passou, pois ela faz parte de toda a dinâmica social em que todos vivemos. Talvez o grande desafio para os pesquisadores seja como torná-la objeto do conhecimento, pois está inserida na complexidade do mundo social. Quando a recortamos como objeto de pesquisa, podemos cometer o erro de isolá-la das experiências sociais, mas ela é parte integrante de uma totalidade histórica, ou seja, pode ser o mais individual possível como a mais coletiva. Estamos sempre nessa dicotomia entre o individual e o coletivo, mas são instâncias complementares e não dicotômicas.

O exercício de tomar a memória social como objeto requer o conhecimento de todo um arcabouço conceitual. Sendo assim, o desafio para os pesquisadores é perceber que existe um conjunto de representações que podem distanciar o conhecimento do que realmente ocorreu nas práticas sociais. Uma das grandes contribuições teóricas e metodológicas é o entendimento da possibilidade de discernir algumas categorizações, como por exemplo, a noção de memória social, memória coletiva, memória subterrânea e demais categorizações. Todas elas contribuem decisivamente para pensarmos nas suas aplicabilidades, pois os estudos de casos são importantes em dois sentidos; primeiro quando o objeto de estudo vem ao encontro de uma perspectiva teórica; segundo quando os estudos de casos são quase que dicotômicos com as perspectivas teóricas. São situações inéditas que nos apontam a necessidade constante de repensarmos os pressupostos teóricos, os quais nem sempre conseguem responder as interrogações dos nossos objetos de pesquisa.

A perspectiva de se trabalhar com a noção de memória subterrânea para dar conta dos testemunhos, no nosso caso específico, os casos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade são sempre um desafio para o pesquisador. Abordar a memória subterrânea é um exercício que requer trazer uma verdade à tona, transformar aquilo que ficou muito tempo como não dito em dito, ou seja, reconstruir os silêncios da memória coletiva. Os testemunhos dos testemunhos são fundamentais para recompor todo um caleidoscópio da memória, um verdadeiro jogo entre o individual e o coletivo. O testemunho primeiro apresenta-se como individual, mas é no cruzamento de outros testemunhos que se torna coletivo. É um trabalho de cruzamentos para compor toda a complexidade dos horrores que as pessoas sofreram na ditadura civil militar brasileira. Os testemunhos revelam uma dos grandes períodos de desconsideração dos direitos humanos no Brasil. As memórias reveladas servem como lição para as novas gerações não cometerem mais os erros do passado. Portanto, a memória social deve servir essencialmente como um instrumento de libertação.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; V. 3, p. 454 – 456; 486 – 490; 572 – 575. Disponível em: <www.cnv.gov.br>.

CAUDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Claudia Maria da Costa (Coord.). **Direitos humanos: direitos de quem?** Curitiba: Juruá Editora, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, nº10. São Paulo: PUC, 1993. PP. 7-28.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, PP. 3-35. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, PP.200-2015. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira da História**. São Paulo: ANPUH, v.22, n.44, 2002. Disponível em: <www.sielo.br>.

Recebido em 7/11/2018.

Aceito em 22/12/2018.